

[REFORMA – Projeto de lei é aprovado nesta semana e promete sessão com mais debates, com configuração mais adequada para acompanhamento popular

Novo regimento interno quer dar mais dinâmica à Câmara

Fernanda Morais

Foi aprovado na sessão ordinária da última terça-feira (2), o novo regimento interno da Câmara Municipal de Anápolis. O projeto que recebeu 12 votos favoráveis e apenas um contrário, dado pelo vereador Valmir Jacinto (PR), foi aprovado com sua redação original – duas emendas foram rejeitadas. O vereador responsável pela reforma, Amilton Batista (PTB), afirmou que o principal benefício do novo regimento será a modernização dos trabalhos no Legislativo.

De acordo com Amilton Batista, o novo documento, que já entra em vigor após sua aprovação, substitui o modelo antigo que estava em exercício há mais de 20 anos. O primeiro passo, de acordo com petebista, é fornecer cópias do regimento para todos os vereadores e assessores legislativos. “A prática mesmo de tudo que está previsto vai ser aderida gradativamente, mas é essencial que todos os vereadores já tomem conhecimento das alterações”.

Dentre as alterações, ficou determinado que as sessões ordinárias fossem antecipadas em uma hora, com início às 15h. O grande expediente que previa inscrição de dois vereadores para o uso da palavra na tribuna, agora permite a inscrição de até três parlamentares. O tempo determinado continua sendo de 20 minutos permitindo ainda a concessão de apartes para os demais legisladores. Já no pequeno expediente os vereadores ganham o direito



SESSÕES NA Câmara Municipal passam a começar às 15 horas; novo regimento pretende dar mais espaço aos debates e apresentação de projetos de lei

de fazer o uso da tribuna por até dez minutos. No regimento anterior esse período era de somente cinco minutos.

Como a sessão foi antecipada, o vereador explicou que a sequência dos trabalhos também foi invertida. Assim todos os requerimentos serão apresentados a partir das 15h. Essa medida foi tomada para que a emissora de televisão (Canal Anápolis) e de rádio (Manchester AM) que fazem a transmissão ao vivo dos trabalhos do Legislativo, das 16h até as 18h, possam mostrar todas as discus-

sões, votações e aprovações dos projetos.

“Acontecia que na ordem do dia, quando votávamos os projetos, a transmissão já estava encerrada e a população não tomava conhecimento de discussões importantes que aconteciam no plenário através da rádio ou da televisão. As informações eram repassadas posteriormente ao que acontecia no plenário”, justificou Amilton Batista.

Além de a população acompanhar os processos que entram em votação na pauta do dia através da rá-

dio ou televisão, Amilton Batista informou que o site da Câmara Municipal também vai ser atualizado de acordo com o andamento das sessões. Segundo o vereador, a ideia é permitir que a comunidade conheça os projetos antecipadamente. “A população vai ver o trabalho que é realizado em cada comissão permanente. Vai saber qual vereador está com o projeto em mãos. Acabou a história de pegar projeto, colocar em baixo do braço e colocar em votação quando for considerado o momento adequado.

O trabalho no Legislativo vai ser divulgado sempre”.

O novo regimento também determina a criação da Corregedoria da Câmara Municipal. Amilton Batista explicou que a ideia tem como objetivo apreciar todas as denúncias formuladas quanto à atitude ou comportamento de todos os vereadores durante o exercício do mandato. “Nosso objetivo é trabalhar com transparência, oferecer um contato mais próximo com a população. Cabe a todos nós vereadores colocar em prática as propostas des-

se novo documento”.

EMENDAS

A primeira emenda rejeitada em plenário estava relacionada à proposta de alteração dos métodos adotados para formação das Comissões Especiais de Investigação, as chamadas CEIs. Amilton Batista explicou que a emenda previa que o vereador que propusesse a CEI não participasse dos trabalhos da comissão. A proposta do novo regimento autoriza que o autor da denúncia participe das investigações e logo depois de instaurada uma Comissão Especial de Investigação, a escolha dos membros deve obedecer ao critério da proporcionalidade partidária. Em seguida os nomeados têm ainda o direito de fazer a escolha do presidente da CEI.

A emenda que sugeria que todos os projetos colocados na pauta das sessões fossem lidos na íntegra pelo primeiro secretário da mesa diretora também foi rejeitada. De acordo com Amilton Batista, a ideia foi totalmente contrária à proposta de modernização dos trabalhos do Legislativo. Ele justificou que o vereador quando entra no plenário tem obrigação de conhecer o conteúdo que está na pauta do dia. “Antes de votar qualquer projeto, é essencial que cada vereador tenha conhecimento das matérias que serão discutidas. Isso vai facilitar o debate e sugestões de ideias. Têm projetos com mais de 20 laudas e uma leitura completa atrasaria toda sessão”, disse.

Audiência pública tenta resolver problemas com a meia-entrada

Marcos Aurélio Silva

Está prevista para acontecer no próximo dia 11 uma audiência pública, proposta pelo vereador Amilton Batista (foto), para discutir o uso e aceitação da carteirinha de estudante em Anápolis. De acordo com o autor do requerimento, a ideia surgiu devido às reclamações de estudantes que alegam que não estão conseguindo usufruir o direito da meia-entrada concebida através do uso da carteira. Amilton Batista acredita que é preciso buscar meios de evitar a falsificação do documento para que o problema seja resolvido. Foram convidados para participar da audiência os representantes do Ministério Público, de instituições que atuam na defesa dos estudantes, a administração dos cinemas e os proprietários de casas de entretenimento do município. Veja a seguir o que Amilton falou sobre o assunto.



para os estudantes. Mas aqui em Anápolis, entretanto, existem muitas divergências sobre a aplicação dessas legislações. Tenho conhecimento de reclamações de estudantes que alegam que não estão conseguindo o direito à meia-entrada aqui na cidade. Temos que saber por que os cinemas ou casas de shows e até mesmo, caso exista o problema, os meios de transporte não estão aceitando o documento. É preciso ouvir todos os envolvidos na questão. A audiência

pública vai possibilitar essa discussão.

A não aceitação do documento seria o principal motivo?

As unidades de ensino têm o direito de confeccionar essas carteiras. Elas fazem o documento com patrocínio e convênio de agências bancárias. Acontece que elas não estão sendo aceitas nos cinemas e nos eventos artísticos aqui de Anápolis. Existe uma discussão muito acalor-

rada entre as entidades que representam os estudantes sobre a qualidade da carteira. As instituições de ensino superior, as maiores aqui da cidade, têm sua identificação própria que também não está sendo aceita. Isso é prejuízo permanente e constante para os estudantes que tem sua identificação e não é aceita para fins de garantia aos seus direitos.

A quantidade de carteiras falsificadas acaba prejudicando os estudantes?

Existem denúncias de que há falsificações abusivas e são exatamente elas que estão prejudicando a relação do estudante com a meia-entrada. Os estudantes devem ter seus direitos preservados e os produtores de eventos ou prestadores de serviço não podem ter prejuízos. O Ministério Público participa da discussão, temos contatos com os produtores de eventos artísticos. Com todos reunidos é mais fácil entender o que está acontecendo e o que pode ser feito. Por isso vamos chamar todos aqui para uma discussão bem ampliada com todas as pessoas envolvidas nessa questão para que a

gente encontre, quem sabe, um texto mais adequado para a legislação municipal, definindo a confecção dessas identificações.

A existência de uma lei municipal soluciona o problema?

É preciso clarear melhor. Embora já exista a lei municipal, ela não é observada por quem confecciona essas identificações. As entidades dos estudantes não têm consenso sobre como deve se fazer esse documento. Portanto, existe um desacordo e vamos chamar a subsecretária de Educação, Juliana Almada, a secretária municipal Virginia Melo, o Ministério Público, as instituições de ensino, as entidades que representam os estudantes, os produtores musicais e proprietários de estabelecimentos que oferecem eventos e que devem garantir a meia-entrada para que a gente tenha finalmente um ajustamento de conduta que seja através de uma nova lei ou através de um termo em que o Ministério Público, junto com a prefeitura, possam participar desta discussão. O importante é sanar essa dificuldade encontrada pelos estudantes de Anápolis.

Issa vai implantar segregação de massas

O Instituto de Seguridade Social de Anápolis (Issa) anunciou nesta semana que seguirá recomendação do Ministério da Previdência Social e implantará o sistema de segregação de massas.

De acordo com portaria que define o sistema, a segregação de massas faz a separação dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social em grupos distintos que integrarão o plano financeiro e o plano previdenciário.

O presidente do Issa, Dido Gonzaga Jaime assegura que nada muda aos aposentados e pensionistas, que seguirão recebendo seus vencimentos em dia.

Especialistas afirmam que a modelagem de segregação de massas é uma forma suave de transição entre um modelo de financiamento de previdência sob o regime orçamentário onde as contribuições dos segurados e patronais são fixas e todas as insuficiências de cobertura são cobertas pelo ente público conforme estas vão surgindo, e um instituto equilibrado atuarialmente sob o regime de capitalização. (Marcos Vieira)